



JUVENTUDE NEGRA NA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

Daniilo de Souza Moraes¹

Paulo Cesar Ramos²

RESUMO:

No presente artigo descrevemos a trajetória de organização da juventude negra, nos primeiros anos do século XXI, enquanto conjunto de atores sociais significativo na interlocução com atores do Estado no Brasil, pela reivindicação de direitos por meio de políticas públicas voltadas a este segmento. A perspectiva analítica empregada aqui compreende a democratização como processo contínuo de ampliação e efetivação de direitos, em que a análise da invenção de novos direitos, bem como a relação entre sociedade civil e sociedade política tem central relevância. Para emergência deste novo conjunto de atores descreveremos como exemplar a construção do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (2007) e do Fórum Nacional de Juventude Negra.

Palavras-chave: Juventude negra; construção democrática; desigualdades raciais.

BLACK YOUTH IN BRAZIL'S DEMOCRACY BUILDING IN THE 21st CENTURY

ABSTRACT

In this paper we describe the trajectory of black youth organization in the early years of the century XXI, as a set of meaningful social actors in dialogue with state actors in Brazil, by claiming rights through public policies aimed to this segment. The analytical perspective employed here consists the democratization as a continuous process of expanding and enforcing rights, in which the analysis of the invention of new rights, as well as the relation between civil society and political society has central importance. For the emergence of this new set of actors describe as exemplary the construction of the 1st National Meeting of Black Youth (2007) and the National Forum for Black Youth.

Keywords: Black youth, democracy building, racial inequalities.

¹Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2003), mestre em Ciências Sociais pela UFSCar (2007) e doutorando em Sociologia, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) – UFSCar.

²Sociólogo, Especialista em Análise Política e Relações Institucionais e Moderador Profissional. Ex- coordenador municipal de Políticas de Igualdade Racial, consultor em Políticas de Juventude e Questão Racial para a Fundação Perseu Abramo, para a UNESCO no tema juventude e ex-assessor técnico na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/PR. Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.



JEUNESSE NOIR DANS LA CONSTRUCTION DÉMOCRATIQUE BRÉSILIEN DU XXI^e SIÈCLE

RÉSUMÉ

Dans cet article nous décrivons la trajectoire de l'organisation des jeunesse noire dans les premières années du XXI^e siècle, comme un ensemble d'acteurs sociaux dans un dialogue constructif avec les acteurs Étatiques au Brésil, en réclamant des droits au moyen de politiques publiques destinées à ce segment. L'approche analytique utilisée ici comprend la démocratisation comme un processus continu d'expansion et de faire respecter les droits, dans lequel l'analyse de l'invention de nouveaux droits, et la relation entre la société civile et la société politique revêt une importance centrale. Pour l'émergence de ce nouvel ensemble d'acteurs décrivent comme exemple de construction du *1^o Encontro Nacional de Juventude Negra* (2007) et do *Fórum Nacional de Juventude Negra*.

Mots-clés: jeunesse noire, la construction démocratique, les inégalités raciales.

LA JUVENTUD NEGRA EN LA CONSTRUCCIÓN DEMOCRÁTICA BRASILEÑA DEL SIGLO XXI

RESUMEN

En el presente artículo describimos la trayectoria de la organización de la juventud negra en los primeros años del siglo XXI como conjunto de actores sociales significativo en la interlocución con actores del Estado en Brasil para la reivindicación de derechos mediante políticas públicas dirigidas hacia este segmento. La perspectiva analítica empleada en el trabajo comprende la democratización como proceso permanente para que se amplíen y se hagan efectivos los derechos bien como tiene fundamental importancia la relación entre sociedad civil y sociedad política. Para el surgimiento de este nuevo conjunto de actores, describiremos como ejemplar la construcción del *1er Encuentro Nacional de Juventud Negra* (2007) y del *Foro Nacional de Juventud Negra*.

Palabras clave: Juventud negra, construcción democrática, desigualdades raciales

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos uma descrição da emergência da juventude negra enquanto ator ou conjunto de atores subalternos da sociedade civil brasileira, ou seja, como movimento social, a partir de fins dos anos 2000. A referida descrição articula, em especial, dois dos momentos fundamentais para a constituição deste novo conjunto de atores, quais sejam: o processo do 1^o Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), cuja etapa nacional – precedida de diversas etapas municipais e de dezesseis (16) etapas estaduais – ocorreu em 2007 no Estado da Bahia; e o encontro de lançamento do Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), ocorrido em 2008 no Estado de São Paulo.

O ENJUNE e o FONAJUNE, enquanto iniciativas de organização da juventude negra, nos parecem ser mais bem compreendidos, quando inserimos a relação que este nascente movimento juvenil negro estabelece com o Estado em espaços públicos institucionalizados, onde reivindicam e



propõem políticas públicas, principalmente para a superação das desigualdades raciais que atingem especificamente este segmento. Neste artigo, entretanto, ainda não avançamos neste sentido, mas apenas sugerimos que a descrição e análise futura de dois espaços/momentos públicos nos parecem fundamentais para a constituição desta juventude negra: o processo da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em 2008; e a intervenção da juventude negra no Conselho Nacional de Juventude.

Entende-se que a juventude negra, ao menos na forma como esta tem se apresentado na cena pública a partir da construção do 1º ENJUNE, configura-se enquanto *emergente*³ conjunto de atores da *construção democrática*⁴ em nosso país. No sentido em que buscam ampliar e ao mesmo tempo amalgamar, reivindicando e propondo novos direitos, tanto as demandas do Movimento Negro, como as demandas juvenis. Chamam a atenção, principalmente, para como as desigualdades raciais impactam especificamente sobre este segmento – jovens negras e negros.

Antes de iniciarmos com a descrição da organização recente da juventude negra brasileira, faz-se importante destacar a agenda das Políticas Públicas de Juventude, aberta no Brasil principalmente a partir de 2005, além de alguns dados específicos das desigualdades raciais a que estão submetidos/as jovens negras e negros no país.

³Utiliza-se a noção *emergente*, próximo ao emprego dado a ela por Raymond Williams (1977), no sentido em que aqui qualificamos a juventude negra no Brasil como um conjunto de atores ainda não estabelecido na esfera pública. Tanto por tratar-se de um contra-público ou um público subalterno (FRASER, 1995) – como a maior parte dos movimentos sociais necessariamente é –, mas também por ter uma constituição bastante recente nesta esfera pública.

⁴Perspectiva que compreende a democracia – aqui, para o caso do Brasil – como processo contínuo e não apenas como transição entre regimes políticos, dos considerados autoritários para os democráticos – o que reduz este movimento a adoção de um conjunto de procedimentos supostamente “neutros” e pretensamente aplicáveis universalmente e que, segundo entendemos, por vezes dão forma a uma democracia liberal elitista, ou democracia dominante. Portanto, parte-se de uma concepção ampliada de democratização, entendendo que a definição do significado do termo democracia, de seus limites e possibilidades, está em constante disputa e que a trajetória da construção democrática está no constante embate pela manutenção e expansão de direitos, portanto, também pela ressignificação dos limites da cidadania. Algumas das principais referências para a discussão por esta abordagem são: GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA (1999); e Dagnino, E. (2000; 2002; 2004; e 2006). Para uma discussão inicial sobre teoria democrática entre filosofia política e sociologia política, colocando a possibilidade de perspectivas emergentes para a democracia, em contraste com a perspectiva dominante, ver: Moraes, D.S (2011).



JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

No Brasil, em especial a partir de 2005 com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE),⁵ passa a se construir no âmbito das políticas públicas voltadas ao segmento juvenil⁶ a busca de superar os termos utilizados na agenda neoliberal da década de 1990 para as políticas voltadas a este setor populacional – que de um lado tinham uma noção “celebratória” da juventude, vendo-a exclusivamente como “agente para o desenvolvimento”; e de outro uma visão de juventude como “problema”, como uma questão de contenção, em especial no tema da violência urbana (NOVAIS, 2009). Esta nova e alternativa perspectiva para pensar as questões da juventude, aliada a discussão das políticas para atender suas demandas – as Políticas Públicas de Juventude (PPJ) –, foi bem sintetizada por Regina Novais (2009) no termo “jovens como sujeitos de direitos” (NOVAIS, 2009, p.18), utilizado amplamente também pelos/as atores/as juvenis.

A mudança acima apontada ocorre com significativa influência de uma série de atores da sociedade civil e da sociedade política nacional. Porém, como chama a atenção Novais (2009: p.17), tal mudança ocorre muito pela influência de uma gama de segmentos juvenis organizados desde a década de 1990. Dentre estes “(...) devedores de lutas sociais dos anos 1970 e 1980, destacam-se grupos de jovens mulheres, de jovens negros/as e de afirmação da diversidade de orientação sexual” (NOVAIS, 2009, p. 18).

Assim sendo, a juventude negra está inserida no contexto das transformações da relação entre Estado e sociedade no Brasil, no que diz respeito ao significado dado ao tema juventude. E ao mesmo tempo em que vê uma maior permeabilidade para o reconhecimento de suas demandas e especificidades, também como boa parte da juventude latino-americana do período ainda sofre com “(...) os efeitos de políticas neoliberais econômica e socialmente desagregadoras, (...) atingidos pela perversa combinação entre truculência do tráfico de drogas ilícitas, a intensificação do comércio de armas e a corrupção e violência policial” (NOVAIS, 2009, p. 17).

Tratando especificamente das desigualdades raciais a que estão submetidos/as jovens negras e negros no Brasil destaquemos alguns dados referentes a duas áreas: Educação e Segurança.

⁵Ambos na esfera federal de governo. A SNJ se localiza na Secretaria Geral da Presidência da República e coordena a Política Nacional de Juventude do Governo Federal. Já o CONJUVE é um Conselho Setorial, de caráter consultivo, com representantes do poder público, principalmente do Executivo Federal – que indica tais representantes – e representantes da sociedade civil, que desde a segunda gestão do Conselho são eleitos em assembleia da própria sociedade civil. Para mais informações ver www.juventude.gov.br.

⁶Hoje majoritariamente considera-se juventude, como recorte etário utilizado pelo Governo Federal brasileiro para as chamadas Políticas Públicas de Juventude (PPJ), a faixa de idade entre 15 e 29 anos.



Em relação à Educação a PNAD⁷ do ano de 2009 indica, para o acesso à Educação Superior, que a proporção de jovens (neste caso entre 18 e 24 anos) brancos/as que estavam neste nível de ensino era de aproximadamente 2/3 (dois terços) – 62,6% dos/as jovens brancos/as cursavam o Ensino Superior. Enquanto isso, negros/as (pretos e pardos) eram menos de 1/3 (um terço) – aproximadamente 30% dos/as jovens negros/as cursavam este nível de ensino.

No que diz respeito à segurança pública, os dados sobre homicídios de jovens negros são um dos mais alarmantes da desigualdade racial a atingir especificamente a juventude.⁸ Entre 2002 e 2008 caiu em 30% o número de homicídios de jovens brancos – em números absolutos foram de 6.592 mortes por ano em 2002, para 4.582 em 2008. Já os jovens negros, no mesmo período, morreram 13% mais por homicídio – em números absolutos de 11.308 em 2002, para 12.749 em 2008.

Assim, comparando os dados de homicídios de jovens negros e brancos entre os anos de 2002 e 2008, observa-se que se em 2002 já morriam assassinados 45,8% mais jovens negros que brancos, em 2008 este percentual sobe para, impressionantes, 127,6%. Devemos sublinhar que estes dados são corroborados pelo Ministério da Justiça, ou seja, pelo próprio Governo Federal.

Os exemplos na Educação e Segurança, das desigualdades raciais que acima destacamos são ilustrativos, pois ajudam na compreensão de algumas das motivações deste novo conjunto de atores que tem se autodenominado juventude negra. Por exemplo, quando no processo do ENJUNE dão centralidade em sua pauta ao que chamam de “genocídio ou extermínio da juventude negra” fica evidente, no plano de sua pauta política, o estabelecimento de vínculo direto com a realidade objetiva de boa parte deste segmento populacional. Da mesma forma que a reivindicação de ações afirmativas com recorte racial no Ensino Superior, tem por base obviamente a sub-representação da juventude negra neste nível de ensino.

A partir daqui passaremos a descrição, objetivo principal deste breve artigo, de dois dos momentos fundamentais da recente emergência da juventude negra no Brasil, respectivamente: o 1º ENJUNE; e o lançamento do FONAJUNE.

⁷Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, conduzida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados aqui utilizados foram consultados em Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE 2010, disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2010/SIS_2010.pdf, consultado em 25 de julho de 2011.

⁸Ver Mapa da Violência 2011, disponível em www.mapadaviolencia.org.br. Os dados aqui apresentados estão principalmente sintetizados em Waiselfisz (2011, p. 60).



O ENJUNE – 1º ENCONTRO NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA⁹

O encontro reuniu cerca de 700 jovens, sendo estes “delegados, observadores, palestrantes, coordenadores estaduais e nacionais, apoios, convidados da sociedade civil organizada e governos” (ENJUNE, 2007, p. 05), entre os dias 27 e 29 de julho de 2007, em Lauro de Freitas na Bahia.

- Os objetivos

Pode-se afirmar que o ENJUNE centrou seus esforços em torno do diálogo entre as diferentes juventudes negras do Brasil e na sua organização para intervir sobre as políticas públicas no país, o que o relatório do encontro manifesta explicitamente, como mostram os dois trechos que seguem:

- a construção do presente documento, que tem por objetivo servir de orientação para a implementação de políticas e ações focais para esta juventude, auxiliando nas ações do poder público, sociedade civil organizada e da própria juventude negra; (...) coloca como proposta central, a promoção de intercâmbio entre os grupos, coletivos, organizações e atuantes da juventude negra e a socialização de experiências e ações da juventude negra entre os participantes. Estes dois objetivos, colocados como fundamentais, revelam a consciência, por parte destes jovens negros (as), de que se faz necessário à integração entre as diferentes organizações de juventude negra, favorecendo a criação de espaços de diálogo (ENJUNE, 2007, p. 04).

- A organização e funcionamento

Enfatizando seu caráter nacional o ENJUNE foi viabilizado a partir de Comissões Organizadoras Nacionais. Divididas em sete (7), estas comissões foram de: “captação de recursos, comunicação, articulação e mobilização, infra-estrutura, regimento e regulamento, programação cultural e metodologia” (ENJUNE, 2007, p. 04). Além das comissões houve também uma Coordenação Nacional do Encontro. Esta pode ser dividida entre “organizadores” (membros das comissões citadas) e representantes políticos dos estados brasileiros, conforme se verifica no relatório:

A coordenação nacional do Encontro Nacional de Juventude Negra foi composta por representantes das comissões organizadoras e estados participantes, e teve como principal função garantir a realização do ENJUNE, disseminar as informações sobre a cons-

⁹A base de consulta desta seção é o relatório elaborado pelo I Encontro Nacional de Juventude Negra que lista as propostas que resultaram das discussões, da última etapa (a etapa nacional) do ENJUNE. Dos 26 estados brasileiros as etapas do ENJUNE aconteceram em 16, além do Distrito Federal (Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Sergipe).



trução do encontro pelo país e estimular a participação da juventude brasileira neste processo político (ENJUNE, 2007, p. 06).

Para a organização do debate, existia uma pauta nacional composta por quatorze (14) temas chamados de “eixos temáticos”, considerados pelo ENJUNE como os temas identificados como pertinentes para a “conjuntura da juventude negra brasileira”. Estes temas serviram como orientadores não só da etapa nacional, mas também para todas as demais etapas, ou seja, nos estados, municípios e/ou regiões. A partir de cada tema ocorreram “rodas de discussão”, nas quais os mesmos temas eram debatidos e as propostas eram elaboradas e aprovadas. Os “eixos temáticos” foram: I – Cultura; II – Segurança, vulnerabilidade e risco social; III – Educação; IV – Saúde; V – Terra e Moradia; VI – Comunicação e Tecnologia; VII – Religião do povo negro; VIII – Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; IX – Trabalho; X – Intervenção social nos espaços políticos; XI – Reparações e ações afirmativas; XII – Gênero e feminismo; XIII – Identidade de gênero e orientação sexual; XIV – Inclusão de pessoas com deficiência.

Chama a atenção, como se pode ver pelos temas acima destacados, a busca dos organizadores do Encontro em interseccionar a dimensão racial (negra) com a geracional/etária (juventude), também com uma série de outras dimensões das diferenças e desigualdades constitutivas da sociedade brasileira e que de alguma forma se inscrevem na juventude negra. Ou seja, há de certa maneira na interpretação destes atores o reconhecimento da heterogeneidade interna própria à juventude negra.

Voltando à dinâmica do debate, assim, cada proposta era elaborada nas rodas de discussão e levada para a plenária final da respectiva etapa. Uma vez aprovada na plenária final, a proposta iria para o “Relatório Final da Etapa”, seguindo o seguinte fluxo: do Encontro Municipal de Juventude Negra ao Encontro Regional de Juventude Negra, passando pelo Encontro Estadual de Juventude Negra até o Encontro Nacional de Juventude Negra. Não se tem registro do número de Encontros Municipais e Regionais realizados, mas a presença dos dezesseis (16) estados já citados assegura que, nos mesmos, houve a realização dos Encontros Estaduais.

Percebe-se que a mobilização do Encontro foi feita em grande medida pela Comissão Nacional do ENJUNE, a partir do contato de cada membro com as organizações de Juventude Negra presentes nas cidades, estados ou regiões. Para manter contato e fazer publicizar informações um dos principais instrumentos utilizados foi uma lista de e-mails que funcionou para todos os níveis da organização, como mostra o seguinte registro:

Com o mesmo objetivo de socializar informações e promover os debates, além deste instrumento, desde o início do processo de construção do encontro, vem sendo utilizado um grupo de discussão na internet, onde os jovens se comunicam através do ENJUNE@yahoogrupos.com.br e disponível no site <http://br.groups.yahoo.com/group/ENJUNE> (ENJUNE, 2007, p. 07).



- Ênfase na especificidade da juventude negra e na afinidade com o conjunto do movimento negro

Há argumentos, presentes no documento do ENJUNE, que detém centralidade na autoafirmação da especificidade da juventude negra enquanto ator social e político, que afirmam uma diferenciação e não uma descontinuidade radical entre esta juventude negra e o conjunto do movimento negro. Alguns destes argumentos basilares são: a forma específica que a desigualdade racial incide sobre a juventude negra; uma perspectiva geracional de organização, portanto, própria daqueles/as que são jovens negros/as contemporaneamente; a necessidade de políticas públicas específicas para este segmento populacional e a auto-percepção destes atores como potenciais construtores destas políticas na interlocução com o Estado.

Em relação à desigualdade racial a que é submetida a juventude negra, que fizemos menção na introdução deste artigo, o relatório do ENJUNE aponta:

os jovens negros (as) chegam a 16 milhões de pessoas, considerando-se um percentual de 47% de negros (as) na juventude brasileira. Quando observamos os dados referentes às condições de vida da juventude negra, constatamos a emergência [urgência] de ações focais para este seguimento. Fatores como a escalada da violência, o desemprego, a falta de sintonia entre o sistema educacional brasileiro, a cultura e a história da população negra caracterizam-se nos dias de hoje como grandes desafios a serem superados. Desta forma fica evidente que o abismo social que separa negros (as) de brancos (as), nos diversos espaços sociais, são resultantes não somente do processo de escravidão e da discriminação ocorrida no passado, mas também de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, cotidianamente, procedimentos discriminatórios (ENJUNE, 2007, p. 06).

Sobre a visão geracional para organização, ressaltando a novidade que a juventude negra traz contemporaneamente, é exemplar o mote “Novas perspectivas na militância étnico/racial”, que conduziu a construção do ENJUNE. Mesmo assim, como mencionado, faz-se questão de remeter o “novo”, representado pelo ENJUNE, com um “alicerce”, que remete ao conjunto e a história do movimento negro. Voltando à fala dos próprios atores:

Atuando como um amplo movimento [a juventude negra] vem mostrando ampla capacidade de organização e mobilização, denunciando o racismo, a discriminação, a violência e a falta de oportunidades impostas pela sociedade. Dentre estas alternativas, o ENJUNE se destaca por apontar para uma organização heterogênea, mas que mantenha sua autonomia enquanto juventude negra, focando uma nova perspectiva na luta por seus direitos. A opção pelo perfil afrocentrado, suprapartidário e sem vínculos religiosos, privilegia a construção coletiva e contempla os diferentes perfis de juventude e as particularidades de cada região. Esta “nova perspectiva” significa uma abordagem



contemporânea à sociedade, mas que se alicerça na luta secular do movimento negro (ENJUNE, 2007, p. 06).

Na transcrição abaixo ficam evidentes os argumentos de que o ENJUNE chama a atenção para a atuação da juventude negra enquanto agente ou ator político da luta por igualdade racial; destacando a falta de políticas públicas para o segmento; e a proposição de se colocar como ator na construção das ações estatais ou políticas públicas.

Os objetivos apontados pelos ENJUNE traduzem, além da responsabilidade com as questões étnico/racial e de juventude, a compreensão que a juventude negra tem do contexto político-social em que vive (...). A preocupação com a construção de um documento que sirva de orientação para a implementação de políticas e ações focais para a juventude negra, revela o comprometimento em estabelecer diretrizes para ações do poder público, sociedade civil organizada e da própria juventude negra, co-responsabilizando em relação à superação de suas demandas (ENJUNE, 2007, p. 07).

- Alguns resultados e tensões construídas/expressadas no 1º ENJUNE:

Um dos resultados ou consequências mais importantes do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra é o seu relatório, com todas as propostas aprovadas na plenária final do Encontro. Nele constam todas as informações do ENJUNE, o regimento que ordenou o Encontro, as propostas aprovadas. A criação de uma Rede de Comunicação¹⁰ para a juventude negra, por intermédio da página do Encontro na internet, também foi uma consequência direta do ENJUNE.

Outro resultado do processo do 1º ENJUNE, previsto em seu relatório e posteriormente colocado em prática foi a efetivação de um Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), iniciativa até então inédita, com a finalidade de organizar especificamente a juventude negra brasileira – ou seja, diferente das organizações negras nacionais anteriores –, fomentando sua participação política para defender as proposições aprovadas no Encontro. Dentre estas propostas teve destaque o combate ao extermínio da juventude negra, mas também a defesa de ações afirmativas e de reparações.

Procura articular e promover uma maior participação política e social do (a)s jovens negros (as) de todo o país. Este fórum consolidará a realização do Encontro e funcionará também para implementar e coordenar as ações apontadas pelos resultados do ENJUNE e contribuir no *novo panorama social no contexto étnico/racial*. Este Fórum pauta-se numa *perspectiva afrocentrada* aglutinando sobre diferentes realidades e perspectivas consensos importantes como o combate ao extermínio da juventude negra e a defesa das reparações e ações afirmativas. (grifo dos autores) ENJUNE, 2007, p. 07).

¹⁰Ainda descrita na página na internet do ENJUNE, www.enjune.com.br



Sublinhe-se o papel fundamental que os termos “novos panoramas (...)” e perspectiva “afrocentrada” possuem na concepção das disposições de atuação do ENJUNE e do chamado Fórum Nacional de Juventude Negra.

Com a realização do ENJUNE, a juventude negra agora possui um mapeamento nacional e expressivo de suas demandas, questões e perspectivas, o que potencializará o debate nacional e a intervenção política desses (as) atores e atrizes nos espaços de poder. A partir da consolidação deste processo, podemos reafirmar que a juventude negra brasileira está escrevendo uma página na história de nosso país e verdadeiramente construindo novas perspectivas na militância étnico/racial. (grifo do relatório). (ENJUNE, 2007, p. 08).

Em torno do termo “afrocentrado” houve uma espécie de “consenso passivo” – no sentido gramsciano da expressão, ou seja, não foi produto da reflexão ativa e troca argumentativa direta entre os participantes, mas constituiu um entendimento comumente partilhado no encontro. Portanto, a expressão “afrocentrado” foi como uma palavra-chave que quando defendida não despertava oposição, mas que em torno da qual não havia debate, assim como não há definição ao longo dos documentos. Mas, se a analisarmos junto a outros elementos discursivos do Relatório Final – como “suprapartidário”, ou “sem vínculos religiosos” – podemos deduzir que o termo “afrocentrado” sintetiza a ideia de que, ainda que a juventude negra seja múltipla (em várias religiões e em vários partidos) as referências desta organização estariam centradas em raízes africanas as quais todos os/as jovens negros/as teriam, ou deveriam ter, referência.

De um primeiro ponto de vista analítico, obviamente pode-se criticar a essencialização de um “ser” ou de uma “raiz” negra africana única, que tal visão “afrocentrada” transmite. Entretanto, de certa maneira, entende-se que aqui o movimento juvenil negro opera o que Gayatri Spivak (2003) bem denominou por “essencialismo estratégico”, ou seja, uma forma de identificação comum que orienta a ação política destes atores para a superação da condição de subalternidade em que se encontram.¹¹

Como mencionam as resoluções 40, 47 e 63 do Eixo 10 Intervenção Social nos Espaços Políticos:

40. Destacar a importância de fazer a luta política da juventude negra com um posicionamento afrocentrado; (...)

47. Formação Política para os (as) Jovens com proposta pan-africanista e afrocentrada (mais leitura, história da Luta negra, Dinâmica partidária, etc.); (...)

¹¹Apesar da crítica mais recente à noção de *essencialismo estratégico* de Spivak, como a partir de vertentes do feminismo que se concentram na desconstrução da ordem heteronormativa (MISKOLCI, 2010), entendemos que para compreensão da dinâmica das relações raciais ao menos no Brasil, e das lutas dos/as atores/as do Movimento Negro e demais vertentes do movimento antirracista neste referido contexto, esta noção permanece útil analiticamente.



63. Promover a participação da Juventude Negra numa perspectiva de intervenção e ocupação diferenciada dos espaços públicos, partindo dos princípios de autonomia e afrocentrismo; - Eixo 10: Intervenção Social nos Espaços Políticos (ENJUNE, 2007, p. 59-61).

Finalizando esta descrição panorâmica do processo do ENJUNE, parece-nos importante mencionar o momento de maior tensão entre os participantes do Encontro, durante sua Plenária Final. Nesta, o momento mais destacado foi a votação de uma resolução que defendia a extinção do programa do Ministério da Educação chamado Universidade Para Todos, o PROUNI.¹²

Esta resolução chegou ao plenário no momento em que havia poucos delegados presentes e, ao longo da sua apresentação, o plenário foi rapidamente preenchido. A proposta de rejeitar o PROUNI foi aprovada pelo plenário. Entretanto, na sistematização do relatório após um processo de diálogo, negociações e acordos entre os/as participantes, acabaram por dissolver a resolução, dividindo-a ao longo do documento final, de modo que o impacto desta posição fosse diminuído.

Deve-se ponderar ao menos uma questão neste episódio, qual seja: há uma contradição evidente nesta posição do ENJUNE contra o PROUNI, pois o programa é a principal forma de ação afirmativa, promovida pelo Estado brasileiro, que beneficia a juventude negra do país. Como então, pode-se questionar, este programa acabou sendo rejeitado pelo encontro mais significativo desta juventude organizada? Sem solucionar a contradição apontada, arriscamos dizer que uma possível resposta a este questionamento é que o movimento de juventude negra, que expressa a disposição de diálogo e cooperação com o Estado para estabelecer políticas públicas, não confunde tal disposição com a perda de autonomia crítica.

¹²Para definir políticas públicas de juventude para a juventude negra, Ramos (2011) utilizou as seguintes categorias “a) focada: aquela que foi pensada para atingir e voltada exclusivamente para um público negro, enquanto um segmento específico. Assim, considera-se que as políticas focadas na juventude negra aquelas que expressivamente, nos seus objetivos, resultados e concepções, focam suas atividades nos públicos que se identificam como negros (pela cor preta ou parda) por meio da auto-declaração. No quadro a seguir apenas o Projeto Farol entra nesta categoria. b) ocasional: aquela ação que possui uma incidência ocasional sobre a população negra. Considera-se que a população negra compõe em aproximadamente 50% da população brasileira e este percentual aumenta na medida em que a renda diminui; quanto mais pobres as camadas sociais, mas negras elas serão, e vice-versa. Assim, toda política pública abarcará em seus atendidos camadas de pessoas que são negras em certa medida. Desta forma o PROUNI seria uma política com recorte de juventude negra. c) com recorte: aquela que possui públicos diversificados, mas tem modalidades, critérios ou recorte de geração voltados à juventude. Deste quadro podemos indicar que o Programa Universidade Para Todos, cujas vagas são reservadas em 50% para estudantes negros”(RAMOS, 2011, p. 39).



Por fim, destacamos que a própria tensão do debate acima descrito, em si mesma, parece não ter gravitado em torno de uma concepção de Educação e de como a juventude negra nela se inseriria. Antes disso, parece ter prevalecido uma decisão identificada com setores minoritários do movimento estudantil, cuja concepção de Educação por vezes se resume ao jargão “educação pública, gratuita e de qualidade, para todos” – enunciado que, obviamente, a maioria dos militantes concorda, mas que pouco acrescenta para pensar e intervir na realidade prática do acesso desigual da juventude negra a este direito. Assim, teríamos outra contradição a apontar: houve, neste caso, uma formulação ainda bastante limitada do movimento juvenil negro para o campo da Educação, em que historicamente o Movimento Negro brasileiro tem grande relevância, atuação e formulação (GONÇALVES e SILVA, P., 2000).

O FONAJUNE¹³

O Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), como descrito anteriormente foi uma das propostas deliberadas pelo 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), com os objetivos de:

- Promover o intercâmbio entre os grupos, coletivos, organizações e indivíduos atuantes da juventude negra;
- **Socializar experiências e ações da juventude negra entre os participantes;**
- Articular e promover a participação política e social dos participantes.
- **Acompanhar, implementar e coordenar as ações apontadas pelos resultados do Encontro Nacional de Juventude Negra - ENJUNE.**
- Elaborar uma plataforma de propostas para a juventude negra.
- **Ampliar espaços de participação, estabelecer relações e parcerias com movimentos e entidades civis organizadas e instituições governamentais e internacionais.**
- Articular e Fortalecer a atuação das organizações e militantes negros juvenis nos estados.
- Desenvolver campanhas direcionadas para a juventude negra.
- **Fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização das discussões relativas à raça/etnia, igualdade racial de oportunidades;**
- Incentivar as discussões sobre demandas relativas à juventude negra a todos os segmentos da sociedade;
- Fomentar o desenvolvimento da capacidade de geração de informação relativa à juventude negra a todas as entidades e indivíduos que compõem os movimentos sociais;
- **Favorecer uma ampla participação de todos os setores da juventude negra e do movimento negro como um todo na formulação de políticas públicas de juventude com diretrizes para a juventude negra;**
- **Intervir e atuar politicamente nos órgãos ligados**

¹³Esta seção vale-se de três fontes de dados: observação direta no Fórum, dados disponibilizados pelos e pelas realizadores/as do evento e sites de chamamento para o lançamento do Fórum (a que tivemos acesso por intermédio dos organizadores do evento) e o site do FONAJUNE - <http://forumnacionaldejuventudenegra.blogspot.com>.



a área étnico/racial e de juventude. - Fomentar a capacitação de jovens negros para a leitura crítica das relações raciais, a partir da análise da conjuntura social; - **Estimular a elaboração teórica, técnico-científica e política sobre a juventude negra;** - **Estimular o desenvolvimento de sistemas de comunicação que fortaleçam a interlocução entre a juventude negra.** (grifos da pesquisa) (FONAJUNE, 2011).

Destacam-se, entre os diversos objetivos do Fórum, quatro elementos: a continuidade e a defesa do Relatório do ENJUNE; a comunicação e o intercâmbio entre a juventude negra; o fomento a participação política; e a defesa de políticas públicas para a juventude negra.

Com estes objetivos a reunião de lançamento o Fórum Nacional de Juventude Negra ocorreu em Guarujá, cidade do litoral do Estado de São Paulo, entre os dias 24 e 26 de julho de 2008.

- As necessidades levantadas e a leitura de conjuntura

O FONAJUNE compreende-se como:

uma organização composta por jovens negros (as), estruturada de **forma plural, suprapartidária, afrocentrada e sem vínculos religiosos** (...) O Fórum Nacional de Juventude Negra consiste em um espaço de diálogo e aglutinação de grupos, movimentos, organizações e articulações de juventude negra, e demais jovens negros (as) interessados na organização e articulação nacional desta juventude, com perspectivas de ação e intervenção social. O Fórum assumirá um papel ativo e propositivo (FONAJUNE, 2011).

Seus organizadores/as expressam como objetivo do FONAJUNE:

manter uma articulação permanente entre os(as) jovens negros e negras, garantindo a **autonomia das articulações estaduais com iniciativas regionais** (...) **visando uma atuação que respeite as diferenças e especificidades, fomentando a inclusão de jovens das periferias e comunidades socialmente excluídas dos processos de participação social,** procurando consolidar este espaço como rede de informação e referências, na identificação dos desafios dos grupos negros(as) juvenis e na construção de diretrizes voltadas às políticas públicas e às proposições para o plano de ação da juventude negra. (grifos dos autores) (FONAJUNE, 13/07/2011).

Nota-se, na autodefinição do FONAJUNE, a preocupação em reafirmar o protagonismo e autonomia da juventude negra na sua atuação política, o papel de articulações e espaços de troca de experiências. Outro traço importante é o respeito às diferenças e as múltiplas identidades da juventude negra. Não é difícil perceber que todas estas características estão muito identificadas com os postulados no ENJUNE e se existe algo que diferencia o momento de Lauro de Freitas (ENJUNE) deste, ainda não surgiu nos documentos.



Uma observação importante, entretanto, está no destaque atribuído no Encontro em Lauro de Freitas para o tema do combate ao “Genocídio da Juventude Negra” – forma corrente dos atores deste movimento juvenil negro se referirem principalmente ao elevado número de homicídios de jovens negros/as e à violência policial, porém, muitas vezes com esta expressão os/as atores/as remetem também à marginalização do acesso de negras/os ao trabalho digno, saúde, educação e outros direitos sociais – e que na reunião de lançamento do Fórum e em seus encaminhamentos não aparece com a mesma força.

- A pauta

Desta forma, tido como um momento de reafirmação e consolidação do processo que culminou com o ENJUNE em Lauro de Freitas, a atividade de lançamento do FONAJUNE não fez debates que pretendessem produzir um novo conjunto de questões/decisões. Em sua programação encontramos os seguintes temas: “Juventude Negra, do Enjune ao Fórum: Novas perspectivas na militância étnico-racial!”, “Lei 10.639/03: Aplicabilidade da Lei, juventude negra e ações afirmativas”, “Juventude Negra - Retrospectiva e conjuntura nacional e internacional”, “Inserção da Juventude Negra nos espaços políticos”, “Fórum Social Mundial: Perspectivas, mobilização e intervenção”, “Multimídia-Afro: Novas perspectivas de comunicação na militância étnico-racial”, “Juventude Quilombola e Comunidades Tradicionais: Novas perspectivas?”.¹⁴

Diferentemente da programação de Lauro de Freitas, esta acima não demonstra a tendência de elaborar propostas em grupos de trabalho, tendo apenas painéis temáticos. O chamado “Genocídio da Juventude Negra” não aparece explicitamente na programação e há um momento apenas para discutir políticas públicas e a organização do movimento de juventude negra.

Talvez não tenhamos chamado suficientemente a atenção de que tanto no ENJUNE, como para a organização deste evento de lançamento do FONAJUNE, parte dos recursos financeiros da atividade foi garantida pelo poder público. Neste caso, entre as três esferas de Governo: a Prefeitura de Guarujá, o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal. Mais uma vez, portanto, se pode perceber que para os/as militantes juvenis negros a noção de autonomia deste movimento social para com os poderes governamentais não se confunde com uma ideia de “não relação” ou rejeição dos mesmos.

Entre as organizações da sociedade civil envolvidas direta ou indiretamente como parceiras, convidadas ou participantes, menciona-se na programação: Zulu Nation Brasil, Rede Nacional de

¹⁴A programação do Fórum Nacional de Juventude Negra está descrita em seu projeto e foi disponibilizada a nós pelos organizadores/as, como parte da comunicação por correio eletrônico entre eles/elas, em mensagem por *e-mail* de 16 de setembro de 2008.



apoio a Juventude, UNEGRO (União de Negros pela Igualdade), Movimento Negro Unificado (MNU), Rede da Juventude Indígena e Afrodescendente (REJINA), Coletivo Kilombagem, ONG Fala Preta, Rede de Educação Cidadã – RECID (Pará), ONG Ação Periférica (Sorocaba/SP) Rede Aiye Hip Hop – Salvador/BA, Rede Yowly Brasil, Quilombo do Caçandoca de Ubatuba, Círculo Palmarino, Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ), Quilombo Conceição das Crioulas (Salgueiro/ PE).

Destaca-se neste grupo a existência de três das principais organizações nacionais do Movimento Social Negro: MNU, Círculo Palmarino e UNEGRO. Em Lauro de Freitas, havia além destas três, o Coletivo de Entidades Negras (CEN) e o Congresso Nacional Afro-brasileiro (CNAB).

É importante sublinhar também a presença de organizações locais de juventude negra, cuja presença aparenta ser mais concentrada em São Paulo. Muito provavelmente devido a esta unidade federativa sediar o evento.

O número de participantes previsto variou entre 400 e 500 pessoas, de acordo com o material elaborado para o lançamento do Fórum, contabilizando todas as modalidades de participação (delegados, observadores, organizadores, palestrantes e representações do Poder Público). Não se tem informação registrada sobre o número de estados presentes, mas segundo o site do Fórum Nacional de Juventude Negra informa, atualmente existem dez (10) Coordenações Estaduais consolidadas, em quatro das cinco regiões do país (nos respectivos estados: Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Tocantins e Pará). Segundo relatos e por nossa observação direta, outros estados estiveram presentes em Guarujá (como Santa Catarina, Paraíba, Acre a Amapá), mas não há informações públicas sobre suas coordenações.

- A organização

A organização do FONAJUNE é regida pelas resoluções do 1º ENJUNE, e seu papel, de acordo com elas é:

- A Coordenação Provisória do Fórum Nacional de Juventude Negra, responsável por consolidá-lo, será definida por ocasião do Encontro Nacional de Juventude Negra, em sua plenária final e terá mandato até o Lançamento do presente Fórum e a realização de plenária eletiva, em data a se definir;
- A Coordenação Provisória do Fórum Nacional de Juventude Negra será composta por 2 (dois) representantes, obrigatoriamente negros, sendo um homem e uma mulher, com idade entre 15 e 29 anos;
- Os estados que indicarem seus representantes para o Fórum Nacional de Juventude Negra, durante a realização do Encontro, deverão encaminhar a solicitação de indicação



para o Grupo de Discussão do ENJUNE no endereço ENJUNE@yahoogrupos.com.br”
(ENJUNE, 2007, p. 22).

O modelo de coordenação acima revela dois traços importantes do Fórum Nacional de Juventude Negra. A descentralização e horizontalidade – pois não existe *uma* coordenação nacional, mas um colegiado federativo, composto pelas coordenações estaduais – e o que nas falas dos/as atores/as aparece comumente como “equidade de gênero”, mas que se objetiva como presença equivalente de homens e mulheres.

- Os resultados

A reunião de lançamento do Fórum Nacional de Juventude Negra não possuiu grupos de discussão para elaboração de propostas, tampouco uma plenária final. Entretanto houve um momento no final da atividade para ratificar as Coordenações Estaduais eleitas por cada um dos estados presentes.

Este foi um momento de disputa pelos postos de coordenadores e coordenadoras – já que cada Estado deveria eleger dois jovens para a sua Coordenação, sendo ao menos uma mulher e um homem. Muitas das disputas polarizaram-se entre as maiores entidades presentes: Movimento Negro Unificado (MNU), Círculo Palmarino e União de Negros pela Igualdade (UNEGRO). Em outros momentos, entretanto, alguns setores desta juventude que não pertenciam a qualquer destas organizações acabavam por ser identificados como militantes de algum partido político – tendo destaque o Partido dos Trabalhadores (PT).¹⁵

O evento não produziu novos documentos, mas pôde referendar as escolhas do I ENJUNE e dar nova legitimidade para as coordenações estaduais que até aquele momento eram “Coordenações Provisórias”.

A juventude negra organizada passará a ocupar, munida de um documento programático e da legitimidade deste evento no litoral paulista, diversos espaços na agenda das políticas públicas, especialmente, para a agenda das políticas públicas de juventude, no âmbito de Conferências Setoriais e

¹⁵Não destacaremos, apesar de ser importante registrar, a existência de fortes e muito conhecidos, ao menos entre os/as próprios/as militantes do Movimento Negro, vínculos entre as organizações negras e partidos políticos. Não por acaso, muitos dos/as jovens negros/as que foram identificados/as com o PT neste momento de disputa pela coordenação do FONAJUNE, posteriormente irão se integrar a outra grande organização do Movimento Social Negro no Brasil chamada Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN). Tal organização, apesar de se autodenominar supra-partidária, tem uma conhecida participação majoritária de petistas. Da mesma forma que é bastante conhecido o vínculo entre UNEGRO e Partido Comunista do Brasil (PC do B).



Conselhos Gestores de Políticas Públicas – entre eles a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Segurança Pública.

BREVE CONSIDERAÇÃO PARA AVANÇAR NA COMPREENSÃO DA JUVENTUDE NEGRA NA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Entre a realização do ENJUNE e o lançamento do FONAJUNE estes atores – ou seja, juventude negra organizada a partir destes processos –, conseguiram que o conjunto das propostas do relatório final de seu encontro fosse eleito como a primeira prioridade da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Este espaço participativo contou com a presença de mais de 2 mil delegados/as de todo o país – gestores do poder público, representantes de movimentos sociais de juventude, movimentos identitários, sindicatos, partidos políticos –, em abril de 2008 em Brasília.

A juventude negra que passa a se organizar no FONAJUNE já em 2010 integra, eleita em assembleia específica da sociedade civil, o Conselho Nacional de Juventude – espaço de cogestão, entre Governo Federal e sociedade civil, da Política Nacional de Juventude.

A análise da construção democrática em nossos dias no Brasil nos desafia cada vez mais a pensar como uma nova institucionalidade democrática, ou a inovação institucional – Conferências Setoriais, Conselhos Setoriais e Gestores de Políticas Públicas (DRAIBE, 1998; e TATAGIBA, 2002), Orçamentos Participativos (SANTOS, 2002; AVRITZER, 2002 e 2003) – está imbricada com a inovação societal – reposicionamento tanto de atores dominantes antes privilegiados para interlocução com o Estado, como também dos subalternos, que hoje encontram maior permeabilidade do poder público para suas demandas, até a emergência de novos atores como fruto deste contexto.

A trajetória recente da juventude negra dá indicativos desta imbricação entre inovação societária e institucional acima mencionada. Carecendo de maior esforço analítico e descritivo, a ser desenvolvido em futuros trabalhos, entendemos, mesmo assim, que o artigo aqui apresentado dá indicativos de que para melhor compreensão de como se constituem e se posicionam estes novos atores deve-se compreender de forma não estanque as afinidades e vínculos tanto com outros atores da sociedade civil – neste caso, mais especificamente, as organizações do Movimento Negro e movimentos juvenis – como também com atores da sociedade política – partidos, esferas de governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. “O Orçamento Participativo: as Experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte”, In: DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. “O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: um balanço crítico”, In: AVRITZER, L. & NAVARRO, Z. (Orgs). *A Inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez. 2003.



DAGNINO, E. “Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana”, In: ALVAREZ, S., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, In: MATO, D. (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas, FACES: Universidad Central de Venezuela, 2004.

_____, OLVERA, A.J. & PANFICHI (Orgs.). *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2006.

DRAIBE, S.M. “A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas setoriais”. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), *Cadernos de Pesquisa*, n. 35, 1998.

ENJUNE. *Relatório Final do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra*. Lauro de Freitas, Bahia, mimeo, 2007.

FRASER, N. “Rethinking the Public Sphere – A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”, In: ROBBINS, B. *The Phantom Public Sphere*. University of Minnesota Press, 1995.

FONAJUNE. *Objetivos do FONAJUNE*, Página oficial - Disponível em: <http://forumnacionaldejuventudenegra.blogspot.com>. Acessado em 13/07/2011.

GONÇALVES, L.A.O. & SILVA, P.B.G. “Movimento Negro e Educação”. *Rev. Brasileira de Educação*, Nov.-Dez., n.015, ANPED, São Paulo, 2000. p.134-158.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. “Dossiê: Os Movimentos Sociais e a Construção Democrática”. *Idéias* – Ano 5 (2)/ 6 (1). Campinas: Gráfica do IFCH – UNICAMP, 1999.

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MISKOLCI, R. “Não somos, queremos: notas sobre o declínio do essencialismo estratégico.” Artigo apresentado na Mesa “Novas Perspectivas e Desafios Políticos Atuais”, do evento Stonewall 40+ o que no Brasil? Salvador, 17 de setembro de 2010.

MORAIS, D. S. “Para ampliar a análise da democracia brasileira: crítica da democracia dominante e centralidade das relações étnico-raciais”. In: II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, São Carlos. *Anais do II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, 2011.



NOVAIS, R. “APRESENTAÇÃO”. IN: CASTRO, AQUINO & ANDRADE (ORGS.). *JUVENTUDE E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL*. IPEA: BRASÍLIA, 2009.

RAMOS, P. C. *JUVENTUDE NEGRA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A QUESTÃO RACIAL NO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE*. MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA, INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA, BRASÍLIA: 2011.

SANTOS, B.S. (org.) *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SPIVAK, G. “¿Puede hablar el subalterno?”. *Revista Colombiana de Antropología*, Vol.39, enero-diciembre, 2003 pp.297-264.

TATAGIBA, L. “Os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil”. In: DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WASELFISZ, J. *Mapa da Violência 2011: os Jovens do Brasil*, Ministério da Justiça/ Brasil, Brasília, 2011.

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado em janeiro de 2013